



GT 042. Maternidades, partos e cuidado infantil: políticas dos corpos, direitos humanos e antropologia em ação

Rosamaria Giatti Carneiro (UnB) - Coordenador/a,
 Elaine Müller (UFPE) - Coordenador/a, Giovana
 Acácia Tempesta (UnB) - Debatedor/a, Fernanda
 Bittencourt Ribeiro (Pucrs) - Debatedor/a, Camila
 Pimentel (Fiocruz Pernambuco) - Debatedor/a

Este GT pretende dar continuidade às discussões inauguradas na RBA de 2014 e em outros fóruns de debate antropológico nos últimos anos. Se, de início, nos concentramos nos debates sobre parto, assistência médica e movimentos de mulheres na atualidade, os últimos anos têm nos dado mostra da ampliação da reflexão nesse campo. A antropologia do parto tornou-se, pouco a pouco, a antropologia das maternidades, dos corpos e da infância, tematizando literalmente o cuidado em sua vida social desde uma perspectiva de gênero. Muitos têm sido os seus desdobramentos que nos incitam a propor este grupo, quais sejam: as maternidades contra-hegemônicas; as novas parentalidades; as teorias da maternagem, a criação com apego, a disciplina positiva e seus dilemas; a vida profissional e a maternidade no século 21; as mães e deficiência no contexto do Zika Vírus; aborto; os movimentos sociais-econômicos maternos; a política e a maternidade; as desigualdades e maternidades; as noções de infância; os direitos no/do parto; a pesquisadora como mãe e a antropologia feita por mães, para além, é claro, dos debates sobre assistência médica, leituras de parto, pós-parto e amamentação. Por essa razão, trabalhos que contornem esse leque investigativo serão mais do bem-vindos no sentido de despertar diálogos antropológicos sobre direitos humanos e maternidades em amplo e em amplo sentido.

Entre riscos fisiológicos e emocionais: a humanização do parto em uma maternidade pública carioca

Autoria: Sara Sousa Mendonça

Partindo de uma etnografia da política de humanização em uma maternidade pública na cidade do Rio de Janeiro, pelo viés das enfermeiras obstetras e das mulheres por elas atendidas, nesse work enfocarei a tensão entre os riscos fisiológicos e os riscos emocionais. Os significados do termo humanização são objeto de disputa entre ativistas, usuárias, profissionais da saúde e gestores e mesmo internamente a estas categorias. As disputas em torno do termo e a ampliação de uma ideologia inicialmente associada às camadas médias específicas - agentes do ativismo em torno da questão - à setores mais amplos da população, através de políticas públicas de saúde, instigaram a escolha de uma maternidade pública como locus de pesquisa. Há uma hierarquia e por vezes uma contradição entre riscos fisiológicos e o que denominei como riscos emocionais. Estes não necessariamente aparecem em sintonia: muitas vezes há o embate entre o que aquela mulher quer e o que a instituição, orientada pelos protocolos e taxas, indica que deve ser feito com base nos riscos fisiológicos. Nos discursos do ativismo, a autonomia aparece atrelada ao desejo por um parto mais natural. A autonomia é um valor em relação ao saber médico que busca dominar o processo de parturição acionando um outro conjunto de saberes, a Medicina Baseada em Evidências, para classificar e atuar sobre os riscos fisiológicos e não comportando, sem tensões, outros projetos e desejos. Assim, construo interpretações a respeito da institucionalização deste modelo, abarcando a permanente tensão entre o ideário promovido pelo movimento pela humanização do parto, os saberes-poderes biomédicos e as estruturas da instituição médico-hospitalar. Bem como o diálogo com o grupo majoritário de usuárias da maternidade, que não necessariamente desejam um parto que respeita a fisiologia do parto e seja completamente sem intervenções.

[Trabalho completo](#)





Realização:



Apoio:



Organização:

